ATA Nº. 3

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM 18-12-2017

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezassete, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do Senhor **Luís Filipe Alves Ribeiro Antunes**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas Senhoras **Lúcia Dias Abelha** e **Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves**, primeira e segunda Secretárias respetivamente.

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros: -----

Em representação do **Partido Socialista**: -----

Mário André Balsa Gonçalves, Manuel António Simões Martins, António Manuel Henriques Miguel, Ricardo José Pires Antunes, Carlos Belo Duarte Alfaia, Liliana Patrícia Gomes Rodrigues e Fernando Jorge Vieira Maurício. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

António José Maia Mascarenhas, Manuel João Pires Faria, Maria João Gil Santos Grácio, Fernando Adelino Soares Barroso e Susana Paula Matos Vieira Cruz. ----

Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

Carlos Manuel Godinho Matias, Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão e Pedro Miguel da Silva Santos. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: -----

António Silvino da Costa Ferreira. -----

Em representação do **Centro Democrático Social-Partido Popular**: -----

Rosa Teresa Alexandre Teixeira. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** o Senhor: -----

Rui Cardoso Maurício. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor: -----

Ezequiel Soares Estrada. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jorge Manuel Alves de Faria e os Vereadores, Carlos Manuel Pires Rei Amaro, Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim, Tília dos Santos Nunes, Jaime Manuel Gonçalves Ramos, José Miguel Filipe Baptista e Henrique dos Reis Leal. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, tendo dado posse a Manuel Adelino Lopes Tomaz, que substituiu Carlos Alberto Alves da Silva do Partido Social Democrata. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade do eleito e após a leitura da respetiva ata avulsa de instalação e do respetivo juramento por parte do novo membro, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou-o investido nas funções. -----

Passou-se de imediato à ordem dos trabalhos. -----

ORDEM DOS TRABALHOS

PONTO NÚMERO UM - ORÇAMENTO PARA 2018 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O PERÍODO DE 2018/2021, MAPAS DE PESSOAL E OPÇÃO

GESTIONÁRIA PARA 2018 E REGULAMENTO DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO -----

Pediu a palavra **Manuel Martins**: “Antes de mais, voto de boas festas para todos, uma vez que estamos neste período de Natal. -----

Quanto ao orçamento e mais uma vez, como é apanágio deste executivo, estamos perante um orçamento de rigor, seriedade, transparência e de grande equilíbrio, em face das circunstâncias - convém não esquecer que existe um passivo herdado do executivo do PSD de vários anos. -----

É um orçamento onde, mais uma vez, não há aumento das tarifas, mantendo-se as já existentes, não há aumento de impostos, e apenas haverá atualização das taxas em função do valor da inflação prevista. -----

É um orçamento marcado pela contenção de custos, o que transparece da análise das receitas e despesas, correntes e de capital, onde se observa que o cálculo das despesas correntes é substancialmente inferior ao das receitas correntes (10%), cuja diferença se irá refletir a favor das despesas de capital. (fls. 5) -----

Ao nível das Grandes Opções do Plano, as quais se dividem entre o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Atividades Mais Relevantes (AMR), um destaque especial para as Funções Sociais, que com uma dotação de 42,1% no PPI e 57,2% nas AMR, têm um peso deveras significativo no orçamento, com um valor perto dos 6 milhões de euros, onde se inclui o projeto “estudar na cidade”, para aquisição de livros e material escolar, apoio ao pré-escolar, e comparticipação ao 2º e 3º ciclo para aquisição de livros e material escolar. -----

Como é natural, ao nível dos investimentos destacamos, na área cultural, a remodelação do Cineteatro S. João, um equipamento de grande qualidade e que vem colmatar uma lacuna da nossa cidade, que bem merece ter um espaço digno para a cultura. -----

Convém também não esquecer o peso no orçamento do Estúdio 121, cuja aquisição, questionável, continua a pesar neste orçamento e nos seguintes até 2025. -----

Na área social, destaque para o início da requalificação do Bairro Frederico Ulrich, cujo investimento, afinal, rondará os 400.000,00 euros e que, esperemos, irá transformar este espaço radicalmente, tornando-o mais digno e menos propício à guetização. -----

Ao nível do meio ambiente, este orçamento reflete também uma forte aposta na requalificação, conservação e manutenção de espaços verdes, com verbas consideráveis.

Também a Melhoria do Desempenho Energético do Município com a substituição das luminárias por tecnologia LED revela uma aposta no futuro e na qualidade de vida dos munícipes. -----

Nesta senda, também a Construção da Ciclovia da Freguesia de S. João Baptista e requalificação da Ribeira de Stª Catarina, representa uma forte aposta na qualidade de vida, cuja conclusão se prevê para o início de 2018 e que será, sem dúvida uma obra de grande importância para todos nós. -----

Na área desportiva, realce para o investimento avultado na conservação e reparação das piscinas municipais, equipamento com problemas estruturais que afetam a sua boa utilização, mas que se esperam ver agora definitivamente resolvidos. -----

Também a pista de atletismo vai ser alvo de intervenção ao nível do pavimento. -

Refira-se ainda, nesta área, o apoio ao associativismo, que se mantém, e sem o qual algumas associações do concelho teriam sérias dificuldades em manter a atividade atual. -----

Ainda de referir a requalificação da Estrada da Barroca, um investimento superior a 600.000 euros, totalmente suportado pelo município. -----

Por último, uma referência para a reabilitação do Mercado Diário, um equipamento de capital importância, no centro da cidade, que será ainda mais valorizado, um espaço que, graças a este executivo viu já anteriormente a sua dinâmica alterada, sem dúvida para melhor, e que agora, com esta intervenção, ganhará, sem dúvida, um novo fôlego, reforçando a sua importância na dinamização do comércio do Entroncamento.” -----

Prossigui **Rosa Teixeira**: “A nossa posição face a este orçamento é de votar favoravelmente, mas gostaríamos de referir os seguintes pontos: -----

Não concordamos com a verba de 18 000€, orçamentada para a festa da flor, não pelo valor em si, mas pela própria festa. A festa da flor não é nossa, não está nas nossas raízes. -----

Esta festa poderia ser substituída por um evento relacionado com os ferroviários e os fenómenos, pelos quais somos conhecidos. -----

A verba orçamentada para o turismo, na nossa opinião, deveria ser maior: apostar no turismo local, no Museu Nacional Ferroviário, na Albufeira do Bonito, realizar outros eventos com apoio das associações que a ajudem a promover o nosso município. --

Investir no turismo é dar vida à nossa cidade e ao comércio local. -----

Votamos a favor, não por fazer algum tipo de favor ou acordo, mas por acharmos que este orçamento está tecnicamente bem feito, que tem opções que, não sendo as nossas, refletem algumas das nossas preocupações. -----

Valorizamos a postura do executivo, que apesar da sua maioria, tanto no executivo como na assembleia, preocupa-se em ouvir os outros partidos, que podem antecipadamente dar sugestões e opiniões para aprimorar e valorizar o orçamento, assim como as grandes opções. -----

Podíamos votar contra ou mesmo abster-nos, seria mais fácil, mas não o faremos, votaremos favoravelmente, pois neste orçamento, que não reflete a nossa ideologia, mas que no fundamento tem a mesma preocupação, tem o mesmo intuito. Se as pessoas e a cidade saem beneficiadas, e na política para nós e como diria Adelino Amaro da Costa, o importante são as pessoas. -----

Não é só um voto a favor, é também uma chamada de atenção de que seremos ainda mais vigilantes, que seremos ainda mais críticos e que seremos mais exigentes no cumprimento do mesmo.” -----

Interveio **António Ferreira**: “Quero desejar um bom trabalho durante este mandato, não estive presente na primeira sessão. Um trabalho em prol da população, que resulte na melhoria da qualidade de vida da população do Entroncamento. -----

Nós, como oposição faremos uma oposição forte e firme, porque é dessa oposição que se contribui para que se resolvam os problemas do Entroncamento. Em relação ao ponto em discussão, quero referir o seguinte: desde já, a CDU agradece ao executivo por se ter disponibilizado, para reunir previamente com todas as forças políticas, num ato de participação, discussão e de contributos. Por motivo de doença do eleito da CDU na AM do Entroncamento, não me foi possível estar presente, o que lamento.-----

E continuou, no que às competências assumidas na área da Educação, diz respeito, referindo que “ no passado, tínhamos alertado acerca das previsíveis consequências para a câmara, relativamente à aceitação de competências do Estado Central na área da educação. Hoje, a situação está à vista, na área da educação deste orçamento. O peso das responsabilidades é enorme. Os encargos presentes e futuros são

muito pesados, a eficiência e eficácia da decisão são mais que discutíveis. Falta saber-fazer, falta massa crítica, falta capacidade de manutenção dos equipamentos, verifica-se escassez de meios materiais e humanos na gestão. Continua a pesar sobre o município, a derrapagem dos custos de investimento com a renovação do Parque Escolar. Um exemplo a não repetir em futuras transferências de competências. -----

Debruçou-se depois sobre o Fundo de Apoio Municipal, mencionando que “A Câmara anualmente transfere para este fundo meios financeiros – 70,908,00 €, tornando urgente a suspensão deste encargo, que limita a capacidade de resolução de problemas locais. A Câmara deve fazer os esforços necessários para contestar esta medida. -----

Quanto aos fundos comunitários referiu que “as grandes expectativas em torno dos fundos comunitários e dos volumes de financiamento do Programa 2020 e os sucessivos atrasos no arranque, criaram descrença e contestação. As atuais intenções deste Orçamento, quanto à execução dos programas comunitários são de duvidosa concretização, atendendo às prioridades do Governo. -----

Relativamente à área do pessoal, mais concretamente ao pessoal Operacional, mencionou que esta área “deve ser uma aposta. Preocupa-nos, o sistemático recurso a trabalho precário e a necessidade de contratação de trabalhadores com estabilidade, que garantam qualidade na prestação dos serviços básicos da autarquia.” -----

Ao abordar os compromissos com a ESITEJO, referiu que “A CDU continua preocupada com a recusa do Executivo, em que conste no Orçamento de 2018, a parte da dívida total da RESITEJO que corresponde à nossa autarquia, no cálculo da dívida total do município. Isto tem a ver com uma tomada conjunta dos diversos municípios, baseada num parecer, mandado fazer pela administração da RESITEJO, tomando como verdade que essa entidade está a elaborar com estatutos legais e que correspondem às leis em vigor. Situação esclarecida pela ERSAR e pela DGAL de que a RESITEJO não se enquadra no atual regime legal de entidades que tratam resíduos. Acrescentamos, que de nossa parte tudo fizemos. Somos de opinião que a situação da dívida total da RESITEJO. Já deveria estar refletida na dívida total dos municípios” -----

O representante da CDU acrescentou, ainda, que “não há qualquer verba prevista para satisfazer a justa reivindicação dos trabalhadores desta autarquia, que é da ordem das centenas de milhares de euros relativas à Ação de Impugnação do STAL, que mereceu a condenação da Câmara e não foi executada a sentença. A Câmara não pagou aos trabalhadores dentro do Prazo estabelecido pela sentença do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria. Este Orçamento da Maioria PS teima em não satisfazer as justas e legítimas preocupações dos seus trabalhadores. Continuou a sua intervenção, referindo que “este executivo camarário insiste em economizar à custa da mão-de-obra barata e sem direitos, assim no Orçamento constam as receitas da Verba de contratos de Emprego e Inserção (CEI /CEI+) no valor de 89.500,00 euros, a que acrescem os protocolos assinados com as freguesias para o mesmo efeito, ficando esses trabalhadores a trabalhar ao serviço da Câmara.” E terminou, rematando da seguinte forma: “A CDU, tendo em conta as escolhas deste Executivo, que não são as nossas e os alertas de anos anteriores; sobre o pagamento das horas no processo dos horários de 40 horas semanais indevidas; sobre a falta de dotação orçamental para a totalidade da dívida legal à RESITEJO; sobre o recurso sistemático ao trabalho precário nesta câmara; sobre outros argumentos já repetidos, de subdotação de áreas sociais e de prestação de serviços de qualidade, vota contra os documentos previsionais em discussão.” -----

Seguidamente, interveio **Carlos Matias** do Bloco de Esquerda, começando por cumprimentar todos e todas, desejando um Feliz Natal e ótimo ano 2018 e que “seja possível nesta assembleia municipal em particular, fazer bons debates com espírito

crítico, com lealdade, em que todas as posições sejam claramente assumidas e que cada partido possa expressar livremente e afirmar a sua visão e a sua convicção para o melhor do concelho.” -----

Sobre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, expôs: “o quadro geral económico mais favorável em que é concebido este orçamento e definidas as grandes opções do plano justificariam maior ousadia nas propostas e no investimento. Verificamos, no entanto, uma pachorrenta rotineira da atividade anterior. Há obviamente algumas opções aceitáveis, outras contraditórias e outras em que não nos revemos. Por fim, subsistem omissões comprometedoras quando se trata de gizar o futuro desta nossa cidade que pretendemos desenvolvida, cosmopolita, culta, harmoniosa.” -----

Continuou a sua intervenção mencionando que “Começamos por registar mais um ano em que continua incumprida uma anterior promessa do Partido Socialista: o orçamento participativo. Nos muitos concelhos do país em que já foi adotado, o orçamento Participativo abre uma janela que permite o envolvimento mais direto dos municípios na escolha de algumas opções de investimento. É mais democracia e maior compromisso prometidos, mas que ainda foi desta vez que foi cumprido. No capítulo das receitas, abordaremos o IMI e a derrama, importantes fontes de recursos financeiros. O IMI tem vindo a baixar, o que é positivo. Mas discordamos da sua bonificação para as famílias numerosas. Em primeiro lugar por uma questão de princípio. A justiça fiscal faz-se através do IRS, imposto progressivo em que paga mais quem mais ganha e é ponderado o agregado familiar. Neste caso, tanto beneficia uma família rica numerosa como uma numerosa família pobre. Depois, porque atingindo um número tão limitado de agregados familiares a medida não passa de um puro instrumento de propaganda da suposta “sensibilidade social da maioria.” -----

Aludindo à derrama referiu que o mesmo se passa aliás nesta área, “em que a maioria PS se recusa sistematicamente a introduzir qualquer progressividade que beneficie pequenas empresas. Mas para propagandear uma (por esta via) suposta aposta no desenvolvimento, promove um sistema que não beneficia nenhuma empresa e em que todas as empresas pagam sempre pela taxa máxima”. E continuou dizendo que “À custa deste esquema a receita da derrama deverá aumentar cerca de 50%, aumento de receita também à custa de pequenas empresas a viver no limiar da sobrevivência”. -----

Por outro lado, referiu algumas opções positivas “e que nós próprios há muito defendemos. Merece o nosso acordo o alargamento da rede de ciclovias, embora a aquisição da frota de bicicletas que lhe dará mais sentido não passe das intenções assumidas. Finalmente, irá ser recuperado o Mercado Municipal. Um empreendimento que, se a maioria tivesse suscitado maior participação na fase de projeto, poderia ter acolhido novas dimensões não contempladas. E não vale a pena vir dizer que sempre poderíamos remeter sugestões, quando é o núcleo duro da maioria PS no executivo que controla os processos e os timings” -----

Quanto à “renovação da iluminação pública, com substituição por lâmpadas de leds é um investimento participado superior a meio milhão de euros que deverá trazer substanciais reduções nas despesas de consumo. Contraditória e erradamente, o orçamento não incorpora essa previsão de poupança em energia, mantendo uma previsão do mesmo nível de dispêndio em iluminação pública. Seria caso para perguntar, para que se investe mais de meio milhão de euros da rede de iluminação se, afinal não se vai poupar nada?” -----

Continuou a sua intervenção expondo que “algo semelhante se passa com recuperação do Cineteatro S. João. É uma obra que há largos anos defendemos, que já

conheceu vários projetos e já chega com atraso. Mas, enfim, vem e as obras começarão em breve. O curioso é que concluído o Cineteatro com o equipamento anexo, e dispondo a cidade também do estúdio 121” e do recuperado Centro Cultural para a cultura, não se perspectiva qualquer aumento da dotação para a atividade cultural”. -----

Mencionou, ainda, que “para 2018 o que se vislumbra é a continuidade da programação cultural avulsa e sem grandes «golpes de asa» e, a este propósito, as críticas do vereador Henrique leal, na reunião do executivo, foram certas. Mas que dizer dos anos seguintes? Como se vai tirar partido dos vários equipamentos disponíveis para a atividade cultural. A isto Orçamento e Grandes Opções do Plano respondem nada.”, disse. -----

A propósito de atividade cultural, não deixou sem reparo “a dotação de apoio ao Museu Nacional Ferroviário que, nem por ser nacional deixa de ser uma âncora de referência no panorama cultural local. O orçamento reserva-lhe a “nutrida” verba de... um euro, para abrir a rubrica e não se dizer que não leva nada. Depois de o Museu Nacional Ferroviário ganhar uma série de prestigiantes prémios e de poder vir a ganhar ainda mais; depois de o Museu ter vindo progressivamente a ganhar visibilidade e fama; depois de todos sabermos as dificuldades por que a instituição passa, sobretudo depois da deplorável posição de PS e PSD na Assembleia da República, ao impedirem que se abrisse uma porta para resolver alguns problemas financeiros da instituição. Depois de tudo isto, o município do Entroncamento, entidade fundadora com assento no Conselho de Administração destina-lhe um euro”. Concluiu a sua opinião sobre este assunto, dizendo que este é “em nítido recorte, o resultado das guerras e das guerrinhas, do sectarismo e da curteza de vistas em que se perdem a cidade e a região e o país.”-----

A terminar a sua intervenção referiu que “O Bloco de Esquerda não se revê em politiquices destas e reprova frontalmente esta opção orçamental, em concreto. Mas este orçamento e estas opções do plano também não respondem à construção de uma nova Biblioteca; não respondem à necessária recuperação da estrada para Riachos, a partir da estrada da Golegã; não respondem à necessidade de uma nova esquadra da PSP; nem responde por uma política social de habitação que, essa sim, iria contrariar a guetização na habitação social. Mas respondem com uma verba bem nutrida para uma rede WIFI, uma mais do que discutível prioridade. E respondem à prevista construção de hortas comunitárias --- uma opção antes muito criticada à anterior maioria pela atual maioria, mas que agora a retoma e retoma-a ao espantoso preço estimado de 7 mil euros por horta. Um luxo. Enfim uma ou outra opção certa, muitas contradições e alguns desperdícios. É pouco, mesmo muito pouco, para que mereça o nosso voto favorável.”--

Passada a palavra a outro interveniente, retorquiu **Carlos Alfaia**: “Foram aqui colocadas algumas questões, nomeadamente pelo Bloco de Esquerda, que nós gostaríamos de referenciar. Quanto ao WIFI que é muito caro, o investimento são 50.000 euros, mas o investimento da câmara é de apenas 5.000 euros, o restante investimento é feito através de fundos comunitários. O futuro das cidades é digital, todos nós sabemos disso, é um projeto interessante e pensamos que é um bom investimento.” -----

Continuou dizendo que “Relativamente à política de habitação social, acabamos de investir cerca de 330.000 euros na requalificação do bairro na Rua General Humberto Delgado e estamos a preparar investimentos na ordem dos 780.000 euros, já aprovados no PEDU que engloba a requalificação do Bairro Frederico Ulrich e da via estruturante que são aspetos importantes e não podemos falar aqui de maus ou poucos investimentos.” -----

Quanto aos espaços verdes referidos anteriormente, esclareceu que está a ser feito “um investimento de 435.000 euros, que já está uma parte completa e continuamos a fazer esse investimento”. -----

Mencionou, também que “a remodelação e modernização do Cine-Teatro S. João é muito importante para a nossa cidade” e rematou referindo que “há de facto investimentos na cultura e não ter sido descorado pelo município e particularmente se compararmos ao anterior executivo, não este, foi bastante superior.”. -----

Pediu a palavra **António Ferreira**, para apresentar duas questões que terá achado interessantes. Iniciou com a questão do orçamento participativo, referindo que “há duas visões sobre o orçamento participativo. Há uma visão limitada da participação para gerir um conjunto de verbas pequenas e há uma visão que a CDU tem que é, a ligação às populações, o envolvimento das associações e das coletividades, o envolvimento dos trabalhadores da autarquia, o envolvimento das estruturas dos trabalhadores de outras áreas, nomeadamente no Entroncamento. Era muito bom envolvermos os trabalhadores ferroviários na resolução dos problemas, assim como outras instituições sociais, esse para nós é o orçamento participativo, não é o gerir uma verba diminuta que para nós tem pouco valor”. -----

Sobre a questão da cultura levantada, disse discordar da afirmação feita de que “no mandato anterior foi feita alguma coisa na cultura, no mandato foi um deserto em termos de cultura. No mandato anterior só teve um ano em que houve uma pequena abertura para a cultura com alguns espetáculos, que foi este ano.” -----

Tomou a palavra **Mário Balsa**, desejando as boas festas a todos e acrescentou que “Não estava para intervir, mas tenho estado a ouvir as bancadas a pronunciarem-se que me deixaram de alguma forma perplexo e até a pensar que vivo numa cidade diferente daquilo que está aqui retratada, nomeadamente quando falamos aqui nas questões da cultura e nas questões do investimento na cultura e até no Museu Nacional Ferroviário da inexistência de investimento por parte do município através de parcerias, porque a câmara para investir no Museu tem que ser através de parcerias, porque o Museu não é municipal é preciso termos essa preocupação e sabermos separar as águas.” -----

Continuou a sua intervenção referindo que “Este orçamento contempla e não sei se o Bloco de Esquerda fez essa análise tão aprofundada quanto isso, para dizer que está lá apenas um euro, obviamente que aquele euro representa a abertura da rúbrica, como foi dito e bem.” Disse, ainda, que “Paralelamente a isso, existe lá um conjunto de situações que têm a ver com o Museu Nacional Ferroviário, nomeadamente um programa que há dois anos para cá está a ser trabalhado entra a Câmara Municipal e o Museu, através da promoção de festival que pretende honrar o turismo industrial que para dois anos tem uma verba de 106.000 euros, ora, saltamos imediatamente de um investimento público de um euro, para um investimento de 106.000 euros repartido em dois anos, é uma diferença abismal. Quero acreditar que passou despercebido ao Bloco de Esquerda, como é natural, num documento tão denso e bem estruturado, possa ter passado despercebido.” -----

No respeitante à cultura esclareceu que esta é uma questão que “não se extingue só na questão do Museu. Nós temos assistido de há três ou quatro anos a esta parte a uma utilização da galeria plena, onde ela não para, não há fim-de-semana que não esteja disponível com exposições, onde é necessário aos nossos habitantes, ou aos nossos artistas ou aos artistas de fora que queiram cá expor. Para além disso, temos um conjunto de espetáculos variados, que vão desde o espetáculo mais popular a espetáculo específico para público muito concretos, lembro-me por exemplo, o ciclo cultural

“caminhos” que é um projeto transversal ao Médio Tejo, que está a ser implementado em todos os treze municípios do Médio Tejo e que no Entroncamento só este ano teve um investimento na ordem dos 40.000 euros.” disse. -----

Referiu também o ciclo de Jazz, que terminou há pouco, a segunda edição, reforçando que “Há investimento, tem sido feito de forma diversificada e com públicos diversificados.” -----

Quanto à questão das 35 ou 40 horas dos funcionários chamou a atenção para o facto de que “toda a gente nesta sala tem esta consciência, até porque ouviu o senhor Presidente da Câmara, mais do que uma vez o afirmar claramente em vários discursos, em vários momentos diferentes, que a Câmara do Entroncamento não tem ordem do Tribunal para fazer esse pagamento, quando o tiver paga a todos, não só aos do STAL, isso já foi afirmado pelo presidente mais do que uma vez.” -----

E rematou a sua intervenção dizendo que “Vir-se aqui dizer que esse pagamento não está contemplado no orçamento, naturalmente que não está, tem que haver ordem explícita para lá estar e quando essa ordem vier é para pagar a todos os funcionários.” -----

António Ferreira pediu a palavra para dizer que “Em relação à questão das 40 horas, aquilo que o Tribunal veio dizer, é que os trabalhadores do STAL trabalharam horas extraordinárias e têm direito a essa reposição de rendimentos. Quando se tem vontade de resolver o problema com os trabalhadores e respeitá-los, paga-se logo como fizeram outras câmaras, não é tentar protelar as coisas para ver se arranjam outros juízos ou outras circunstâncias para as coisas não se fazerem.” -----

Manuel Martins interveio para esclarecer que “Quanto ao que o CDS falou da festa da flor, há quem goste, quem não goste, há quem ache que não está no nosso ADN, mas há que ter em conta, que a festa da flor é um investimento de planta e flores naturais, há aqui uma ligação entre a festa da flor e a própria requalificação dos espaços verdes e o embelezamento da cidade. A festa da flor aqui não funciona como uma festa, mas sim com um investimento continuado na requalificação dos espaços verdes.” -----

Continuou a sua intervenção sobre a cultura, expondo que “estamos hoje todos um bocado vocacionados para a cultura e ainda bem, mas é preciso não esquecer, conforme aqui foi dito, que apenas no último ano do anterior mandato, houve algum, investimento na cultura, de certa forma, é um pouco verdade, mas convém não esquecer que o Centro Cultural não tinha o formato que tem hoje, o Centro Cultural era um espaço com bares concessionados, foi aquilo que o executivo PSD pretendeu fazer, que foi transformar um Centro Cultural num espaço de lazer e não de cultura. Só após o termo dessa concessão e no cumprimento da Lei, haver uma nova concessão que ficou deserta, houve a hipótese de utilizar aquele espaço da forma como hoje utilizamos para a cultura.” -----

Em relação ao WIFI disse ser esta “uma questão difícil de entender, porque todos querem investimento e modernização e depois o WIFI acaba, porque é caro e como é caro não temos o WIFI, não se investe é porque o município não faz investimento, não tem uma postura de investimento e de modernidade e daí o velho ditado «é preso por ter cão, preso por não ter», basicamente era isto.” -----

O elemento da assembleia, **Carlos Matias** pediu a palavra e expôs: “Quando comecei a ouvir o senhor deputado municipal Mário Balsa, chefe de gabinete da câmara municipal e candidato a líder do Partido Socialista, desejo boa sorte na campanha, pensava que o Partido Socialista vinha explicar porque é que votou contra a proposta do Bloco de Esquerda na Assembleia da República que abria campo e a possibilidade de resolver os problemas financeiros do Museu, afinal fiquei bastante frustrado porque não

era disso que vinha falar, veio explicar porque é que o Museu não sendo municipal, mas tinha a verba aberta com um euro para abrir a rúbrica, isto é, se pode lá estar um euro, também lá podem estar mil euros, ou cem mil euros.” Sobre este assunto disse ainda que “O facto de lá estar um euro quer dizer que este executivo municipal, admite a hipótese de dotar aquela rúbrica de uma verba bem mais robusta e pergunto o que é que é preciso fazer para que o executivo lá ponha o dinheiro, porque certamente já está a pensar aonde é que poderá ir buscá-lo e o que é que lá faz falta, é mudar o Presidente da Fundação? É a única explicação que eu encontro. É esse tipo de atitude e esse tipo de opções que nós rejeitamos, porque se o Museu tal como está, faz falta ao Entroncamento, à cidade e à região, uma coisa não pode estar ligada à outra.” -----

Continuou o seu discurso, dizendo que “se o Partido Socialista quer resolver o problema do Museu, resolva o problema do Museu, mas, não sacrifique o Museu com uma verba só de um euro e depois resolva as questões como entender da direção do Museu que é isso que está aqui subjacente, não vamos esconder o elefante que está no meio da sala, quem é que manda no Museu Ferroviário e quando mandar o Partido Socialista se calhar as verbas já aparecem, enquanto mandar o senhor Jaime Ramos que neste momento até é vereador da câmara municipal só lá está um euros, a questão é tão simples como isto, não vale a pena estar a tapar o sol com uma peneira.” -----

Mudando de assunto, debruçou-se sobre “o investimento que é feito com verbas comunitárias, primeiro há sempre uma participação nacional e essa participação vai para ali como poderia ir para outro lado, portanto, é um não argumento; sobre as questões da habitação social, nós não subvalorizamos o trabalho que foi feito, pelo contrário, na recuperação do Bairro da rua Humberto Delgado, era um problema critico que já vinha de há longo tempo, ou aquilo que se possa fazer para melhorar o Bairro Frederico Ulrich.” -----

Terminou esta intervenção referindo que o que “nós vimos a defender e o senhor Presidente da Câmara sabe que nós já falamos nisso várias vezes em nome do Bloco de Esquerda, é uma política social de habitação em que haja uma verba incluída em orçamento em despesas correntes para financiar uma política social de apoio ao aluguer de habitação evitando a guetização.” -----

Respondeu **Mário Balsa**: “Não há elefante nenhum, eu não sei se tem algum em casa, eu tenho alguns daqueles pequeninos. Nós, no Partido Socialista não temos nenhum elefante, nem temos problemas nenhuns dessa ordem.” -----

Continuou o mesmo interveniente, dizendo que “Como disse e bem, a câmara municipal tem acento no conselho de administração e é um dos fundadores da Fundação do Museu Nacional Ferroviário e, portanto, o senhor Secretário de Estado das Infraestruturas de Portugal, a seu tempo, convocou o senhor Presidente da Câmara Municipal do Entroncamento para estar numa reunião com outros elementos do conselho de administração, aliás, essa reunião explica o porquê do chumbo na Assembleia da República, porque o modelo definido para o Museu estava já pensado pelo Governo e não ia ao encontro da proposta do Bloco de Esquerda e não quero transformar esta assembleia num debate parlamentar do país, mas a proposta do Bloco de Esquerda não era só para o Museu Ferroviário, era transversal, implicava outras Fundações.” -----

Relembrou, ainda que tal “como foi transmitido pelo senhor Secretário de Estado das Infraestruturas de Portugal e a questão do Museu nada tem a ver com a Câmara Municipal e a questão de um euro na abertura da rúbrica significa que há interesse da Câmara Municipal dentro das suas possibilidades e avaliando as coisas com

pés e cabeça de podermos também de participar nos apoios a que o Museu necessitará dentro daquilo que são as nossas possibilidades. -----

“A rubrica está criada”, disse e rematou: “vamos ver como é que ela será gerida durante o ano em causa, mas não está dependente se será a, b, c, ou d, se é um elefante cor de rosa, azul, vermelho ou laranja que está à frente do Museu, independentemente da cor do elefante como o senhor deputado referia, não é isso que põe em causa as políticas que são decididas e a forma de nós olharmos para as coisas.” -----

Pediu a palavra, novamente, **Carlos Matias** para referir que: “A proposta do Bloco de Esquerda era exclusivamente para o Museu Nacional Ferroviário. Quando o senhor deputado Mário Balsa disse para ficar tranquilo, da última vez que disse para sair daqui tranquilo, mas depois a proposta foi chumbada, espero que desta vez esse apelo à tranquilidade tenha melhor resultado da última para sair tranquilo.” -----

Referiu **António Ferreira**: “Este assunto do Museu Nacional Ferroviário é muito importante para todos nós e numa futura reunião deveríamos agendar um ponto só para discutir esta questão. A única força política que se colocou contra o modelo «Fundação», foi a CDU e já adivinhávamos isso, as Fundações só servem para meter clientelas.” -----

Após as intervenções, o ponto número um, “**Orçamento para 2018 e Grandes Opções do Plano para o período de 2018/2021, Mapas de Pessoal e Opção Gestionária para 2018 e Regulamento de Execução do Orçamento**”, foi aprovado por maioria, com treze votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, sete votos contra, sendo seis votos do Partido Social Democrata e um voto da Coligação Democrática Unitária e três abstenções do Bloco de Esquerda. -----

O Partido Social Democrata apresentou a seguinte declaração de voto: -----
Votamos contra, tendo em conta que: -----

- O Orçamento para 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021 são documentos vazios de estratégia e desenvolvimento, que permitam um efetivo crescimento económico, social, cultural e urbanístico da cidade, eixos considerados críticos, para os desafios atuais e futuros de uma cidade urbana, nos contextos económicos municipais, nacionais e globalizados de hoje. -----
- Não se identifica uma visão de futuro para a cidade; uma visão da cidade que queremos ser estrategicamente. Não se encontra, por isso, um horizonte de chegada, e, “Caros membros da Assembleia e munícipes da nossa cidade, quem não sabe para onde quer ir, dificilmente, lá chega”. -----
- E logicamente, não se identifica em nenhum dos documentos ações estratégicas e estruturantes devidamente alinhadas para esse fim. Encontramos sim, ações, não de gestão efetiva, mas ações administrativas correntes e intenções que nem sequer conseguem ser precisadas para uma análise concreta. -----
- Este foi um dos orçamentos mais fáceis de fazer - pois não passou de um “copy past” e atualização de dados num sistema informático. Este é um orçamento daqueles que têm dificuldade em levantar a cabeça e criar ou procurar uma visão para o futuro da cidade. Este é um orçamento administrativo de um Executivo meramente administrativo e tecnocrata. E mesmo chamar-lhe de micro management seria um elogio. -----
- E tudo isto mesmo considerando os Projetos de Remodelação do Cine S. João e de Reabilitação do Mercado Diário, pois não são sequer da iniciativa deste Executivo; há muito estão previstos e muito foi feito no passado em termos de garantir meios e condições para agora se poderem concretizar. -----

- Não tivesse este Executivo herdado um património que serve de forma inigualável a nossa cidade e as nossas famílias na educação, na saúde, no lazer, na ação social, no desporto e no desenvolvimento de uma sociedade, e hoje convosco estaríamos parados ou de volta à cidade perdida de outros anos do passado. Falem em investimento e não em dívida do passado, pois é no investimento que os vossos filhos estudam, brincam, passeiam, praticam desporto e crescem de forma sustentada, saudável e feliz. -----
- Este é também um orçamento do ponto de vista técnico e de gestão incompetente e vazio. Muitas rubricas aparecem com dotações, mas sem especificarem as respetivas ações e atividades concretas, o que não permite votar com conhecimento de facto, apreciação e consciência. Significa que não se sabe o que se pretende, o que se quer fazer, o que se pretende atingir. Atribui-se um valor e depois logo se vê. -----
- Este é também um orçamento político; não político no sentido de serviço público, mas político para servir e pagar apoios e favores políticos. O aumento de 3,7% do orçamento relativamente a 2017 acontece sobretudo por duas rubricas: Custos com Pessoal que representam 46% e Aquisição de Bens e Serviços com 47% do valor total do Orçamento. Com efeito o aumento dos custos com pessoal é em parte muito significativo devido aos custos com a equipa de gestão deste executivo que é já a mais onerosa de sempre da nossa autarquia. -----
- Este é também um orçamento antidemocrático que não foi preparado, discutido e trabalhado com os restantes partidos e com os munícipes. Um orçamento que não ouviu a cidade, que não ouviu as pessoas, que não ouviu quem não está no poder. Este é um orçamento imposto pela autoridade de um Executivo déspota, e uma Assembleia PS subserviente manietada e não independente pela presença de elementos da Equipa de Gestão na sua composição. -----
- Este é também um orçamento que tentámos melhorar representando os interesses e dando voz aos nossos munícipes, mas que o Executivo e a Assembleia PS não deixaram. Nenhuma das propostas dos vereadores do PSD, foi sequer considerada para ponderação e discussão. Todas foram liminarmente declinadas, por defeito de natureza do Executivo em exercício: pelo filtro político, autoridade, mesquinhez pessoal e autismo antidemocrático. Este é um orçamento em que quem ganha não é a cidade e os nossos munícipes, mas quem ganha são as pessoas do Executivo, do partido e os seus amigos. -----

Votamos contra, porque: -----

- Não existe um eixo para a Segurança – não existem medidas estruturantes, ativas ou indutoras de outras para assegurar a segurança na cidade. -----
- Só por surrealismo, é apresentada uma rubrica nas funções gerais que considera apenas 1 EURO PARA A NOVA ESQUADRA. -----

EIXO 1 – REGENERAÇÃO URBANA - CONSOLIDAR UMA CIDADE PARA AS PESSOAS: -----

- Não é considerado o Bairro da Liberdade. -----
- Não existe um investimento na rede viária e arruamentos municipais da cidade que necessitam de intervenção urgente. -----

EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, EMPREGO E INOVAÇÃO -----

- Não existe uma única dotação estratégica quer do ponto de vista orçamental e obviamente uma única ação ou projeto com possibilidade de gerar diretamente

um único posto de trabalho ou criar condições para o desenvolvimento de um negócio com valor acrescido para a cidade e para os munícipes. -----

- O desenvolvimento da economia, do emprego e inovação não regista uma única medida. -----

EIXO 3 – COESÃO SOCIAL E CIDADANIA -----

- Não existem iniciativas orientadas para a saúde, quer de prevenção ativa, quer de sensibilização, quer de apoio ativo junto das pessoas que mais precisam ou das instituições que atuam na área da saúde na nossa cidade. Este Executivo não conhece o estado atual da saúde da nossa cidade, nem sequer tem uma noção do que pode e como pode atuar neste âmbito, daí o vazio existente. -----
- É simplesmente inexplicável o débil apoio à CPCJ, o que não só demonstra o desconhecimento da situação atual da nossa cidade, bem como, mais uma vez a incapacidade em perspetivar como atuar nesta área. -----
- Não existem projetos e iniciativas estratégicas de apoio ativo e permanente aos nossos idosos. Este Executivo não sabe sequer caracterizar a nossa população idosa: quantos são, quantos residem sozinhos; que tipo de necessidades têm, etc. -----
- Não existem projetos e iniciativas estratégicas para fixar as populações mais jovens e as famílias na cidade de forma estruturada nas várias zonas da cidade de forma a poderem contribuir para o seu crescimento e consolidação de forma sustentada. -----
- Não existem ações para responder às necessidades prioritárias dos bairros sociais. -----

EIXO 4 – EDUCAÇÃO, CULTURA E JUVENTUDE -----

- Não há uma única iniciativa estratégica destinada aos nossos jovens. Quem sabe daqui a 4 anos voltaremos a ouvir falar numa festa da juventude e ver vereadores e elementos do executivo a distribuir convites e bebidas grátis à porta da escola secundária ou de um bar da cidade. -----
- Ficam de fora no imediato necessidades / prioridades imediatas de intervenção nas escolas dos nossos filhos para se poderem pagar primeiros favores e apoios pessoais e políticos. -----

EIXO 5 – ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E VIDA SAUDÁVEL -----

- Verifica-se um financiamento aquém das necessidades das associações. -----
- Verifica-se um financiamento desproporcional por razões não objetivas (simpatias e ligações políticas e pessoais), com claro favorecimento direto de algumas e /ou nas suas modalidades / atividades. -----

EIXO 6 – CIDADE SUSTENTÁVEL E INTELIGENTE -----

- É prioritário investir em atividades e programas direcionados para a juventude e nas necessidades de intervenção nas escolas para melhoria das condições climatéricas dos espaços interiores e acessos ou das condições físicas dos espaços destinados aos recreios, do que no WiFi. -----

Votamos contra porque: -----

- Existe uma ausência de investimento devidamente adequado e sustentado na cultura. Não passa de uma rúbrica que tentam preencher administrativamente sem qualquer medida ou ação estratégica. Depois logo se vê. -----
- Existe uma atuação preconceituosa com o MNF, de ausência de investimento e apoio contínuos e apenas aparições para fotos com fins políticos. -----

- Existe um insuficiente investimento no desporto, um dos elementos estratégicos da cidade que fixa pessoas e jovens na nossa cidade, que traz pessoas de outros concelhos, que tanto impacto tem na notoriedade da cidade; – tentando o município claramente passar esta responsabilidades para as associações. -----
- Por não têm um projeto Crescer na Cidade devidamente sustentado – 1 euro em 2018 um euro, em 2019 (ano de eleições) 158.662.00?... A que se refere? E depois? -----
- O investimento no ambiente é completamente insuficiente muito desadequado quer do ponto de vista técnico, quer do ponto de vista das necessidades. -----
- Apresenta intervenções desequilibradas, descontinuadas e não sustentadas nos Projetos Crescer na Cidade e Experimenta + Ciência. -----
- Apresenta intervenções desequilibradas, descontinuadas e não sustentadas na habitação social. -----
- Insiste no investimento falhado na vergonhosa Festa da Flor obrigatória para as escolas, os alunos e para todos nós; contra todas as regras da proteção ambiental.
- O investimento em hortas municipais é considerado maioritariamente pelos munícipes um projeto desinteressante. -----
- Porque o Projeto Viver o Comércio ou a rubrica para o Turismo apresentam um valor de despesa e não de investimento completamente insuficientes para qualquer medida ou linha estratégica de desenvolvimento. -----
- Este é um orçamento que mostra em toda a linha que colocaram-se valores em rubricas de forma administrativa. -----

Que mostra que não existe de facto uma visão estratégica para a cidade nem para cada um dos eixos de desenvolvimento, nem sequer para uma rubrica qualquer específica. ---- Este é um orçamento à imagem e perfil político administrativo deste Executivo. -----

PONTO NÚMERO DOIS - AUTORIZAÇÃO PARA A CÂMARA MUNICIPAL PROCEDER A CONSULTA, A PELO MENOS 3 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, SOBRE AS CONDIÇÕES DE UM EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO, EM MODALIDADE DE CONTA CORRENTE, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 500.000 € DE UTILIZAÇÃO E COM PRAZO MÁXIMO DE REEMBOLSO ATÉ 31-12-2018. -----

AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DESTE FINANCIAMENTO À ENTIDADE QUE APRESENTE AS MELHORES CONDIÇÕES PARA O MUNICÍPIO EM TERMOS DE CUSTO. -----

Pediu a palavra **Rosa Teixeira**: “É uma operação de gestão financeira, onde o município irá poupar dinheiro no pagamento de juros, que permitirá que o círculo económico funcione. Este empréstimo, permite que a câmara tenha as suas contas em dia, sem ficar a dever aos seus fornecedores por dias indetermináveis como já foi prática nesta casa, por isso, tem o nosso aval.” -----

Interveio **António Ferreira**: “Vamos votar favoravelmente porque é importante que o município tenha uma almofada financeira que possa corresponder nas alturas em que há menos receitas para fazer face aos compromissos, aliás, a Lei obriga a

que os compromissos sejam regularmente satisfeitos.” Disse, ainda que leu a aprovação deste assunto na reunião de câmara e “surgiu-me uma ideia, não sei até que ponto, gostava de ouvir a intervenção do PSD sobre isto, porque não está suficientemente desenvolvida aqui, ou seja, o PSD votou contra o empréstimo dizendo que a câmara tinha tido umas receitas extraordinárias em relação às rendas do sistema de águas da câmara municipal.” Terminou referindo que “Gostaria que o PSD desenvolvesse mais esta ideia, porque acho que é do contraditório que surge o esclarecimento.” -----

Respondeu **Maria João**: “De acordo com o que foi votado na Câmara pelos vereadores do PSD e de acordo, com o acordo a que a câmara chegou com a empresa Águas do Vale do Tejo, SA. pela antecipação das rendas de uma série de anos, foi um encache financeiro que a câmara recebeu e que tem esse dinheiro à disposição agora, recebeu tudo o que devia receber em vinte anos.” -----

Prosseguiu **Manuel Martins**: “Continuo como o António Ferreira a ficar com dúvidas, porque aquilo que o PSD nos transmitiu agora foi aquilo que já tinha dito, não consigo perceber o que é que pretendido com o que aconteceu com esse negócio das Águas do Vale do Tejo, foi um negócio que em nada colide com o que se está a fazer aqui.”. Continuou dizendo que “Isto é uma mera operação de tesouraria, que permite mais liquidez, que irá permitir pagar a tempo e horas aos fornecedores, ao contrário do que era habitual no anterior executivo e que assim, permite com os juros mais reduzidos, se tenha que entrar em incumprimento com os compromissos assumidos pelo município e pagar um juro eventualmente mais alto.” -----

A rematar, mencionou que era “De notar que afinal existe uma explicação para o caos financeiro em que se encontrava a câmara com o executivo do PSD, pois ainda hoje desconhecem as boas práticas de gestão. Não se pode exigir mais.” -----

Referiu **António Ferreira**: “Eu só fiz esta pergunta por uma razão muito simples, queria ver até que ponto o PSD tinha lido o orçamento, a explicação vem no orçamento. O encaixe financeiro que a câmara tem é essencialmente para pagar dívidas e compromissos com o passado e dívidas atuais.” -----

Por fim. Concluiu esclarecendo que “a CDU tinha chamado à atenção de um facto, isto aqui, tem culpa o PS como o PSD, comprometeram as infraestruturas da câmara, se comprometeu o futuro do Entroncamento, entregando os equipamentos impossibilitando uma gestão correta por parte do município destas áreas a troco de quê? Entregam-se as infraestruturas para pagar dívidas.” -----

Carlos Matias, expôs que: “Antes de mais, quero saudar o PSD por ter vindo ao debate e não se ter remetido a uma extensa declaração de voto no final do ponto. Portanto, sejam muito bem-vindos. Nós vamos votar favoravelmente porque nos parece que a opção de contrair o empréstimo de curto prazo para a gestão de tesouraria nos parece correta do ponto de vista de uma gestão equilibrada.” -----

Acrescentou que “Uma eventual antecipação de receitas sejam muitas ou poucas, sejam estas ou sejam outras, só haverá que o empréstimo seja usado ou não, até que o empréstimo é até 500.000 euros e pode no limite poderá não ser usado nenhum euro, ou no limite poderá ser usado os 500.000 euros. É um empréstimo variável, de curto prazo, será liquidado no final do ano, se houver receitas que dispensem a contração de qualquer empréstimo, com certeza que ele não será usado”. -----

Concordando também com os procedimentos propostos, disse que votariam “favoravelmente a proposta apresentada.” -----

O ponto número dois “**Autorização para a Câmara Municipal proceder a consulta, a pelo menos 3 instituições financeiras, sobre as condições de um empréstimo de curto prazo, em modalidade de conta corrente, até ao montante**”

máximo de 500.000 € de utilização e com prazo máximo de reembolso até 31-12-2018. Autorização para a contratação deste financiamento à entidade bancária que apresente as melhores condições para o Município em termos de custo, foi votado e aprovado por maioria com dezassete votos a favor, sendo dez votos do partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e seis votos contra do Partido Social Democrata. -----

O Partido Social Democrata, apresentou a seguinte declaração de voto: -----

“A bancada do PSD vota contra a proposta apresentada face à disponibilização de recursos financeiros que já foram viabilizados neste mandato, nomeadamente através do acordo com a empresa Águas do Vale do Tejo, SA, que representa um envelope financeiro significativo e com o qual esta autarquia foi manifestamente beneficiada, não se encontrando razão para a realização da operação financeira descrita e com os respetivos valores.” -----

PONTO NÚMERO TRÊS - DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES NO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO ENTRONCAMENTO, DE ACORDO COM AS ALÍNEAS k) e l) DO Nº 4, DO RESPECTIVO REGULAMENTO -----

O senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu o seguinte: “Os elementos da alínea l) que são os elementos designados pelos grupos políticos da assembleia municipal são: -----

Designado pelo Partido Socialista – António Manuel Henriques Miguel; -----

Designado pelo Partido Social Democrata – Paulo Jorge Gonçalves Cardoso de Almeida; -----

Designado pelo Bloco de Esquerda – Marco Filipe Sá Geração; -----

Designado pelo Centro Democrático Social – Pedro Miguel Faria Gonçalves; --

Designado pela Coligação Democrática Unitária – Marisa Sofia Cordeiro Parreira. -----

O elemento para a área da educação é o professor Arnaldo Marques, faltando ainda a indicação dos elementos na área da saúde e das Infraestruturas de Portugal. -----

Feita a distribuição dos boletins de voto, procedeu-se à chamada para a colocação dos respetivos boletins de voto na urna. -----

Após o escrutínio da votação secreta, o ponto número três obteve a seguinte votação: Vinte e três votos a favor dos elementos indicados pelos grupos políticos da assembleia municipal. -----

Pediu a palavra **António Mascarenhas** para desejar a todos Boas Festas. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu por encerrada a sessão quando eram vinte e duas horas e cinquenta minutos, desejando também um Feliz Natal a todos e um Feliz 2018. -----

A presente ata, depois de lida e visada pela Primeira Secretária, vai por ela ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

A 1ª. Secretária:

A 2ª Secretária: